

em foco

**QUAL PERFIL
PROFISSIONAL
SUA UNIDADE
PRECISA?**

**QUAIS DEMANDAS
DE CAPACITAÇÃO
EXISTEM NO SEU
SETOR?**

**QUE COMPETÊNCIAS
O CHEFE DE UC OU
O COORDENADOR
DE CENTRO
PRECISA TER?**



Carla Soraia Castro, da UFPB, discursa na mesa de abertura do evento. No centro, Afonso Henrique Leal, coordenador do evento e, à direita, Getúlio de Freitas, chefe do ICMBio Mamanguape

ICMBio Mamanguape realiza evento científico

O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Mamanguape promoveu, em outubro, a Reunião de Pesquisa e Conservação da Natureza no Litoral Norte da Paraíba. O evento científico teve como objetivo expor e discutir a aplicação de pesquisas na gestão das áreas protegidas dessa área do estado, em especial as unidades de conservação que compõem o ICMBio Mamanguape: Reserva Biológica (Rebio) Guaribas, Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) dos Manguezais da Foz do Rio Mamanguape.

O evento foi planejado para ser uma reativação do Encontro de Pesquisadores da Rebio Guaribas, cuja última realização foi em 2012, tendo sido adaptado para também incluir a APA e a Arie. Nesta edição, a programação contou com 12 palestras sobre temas como percepção da gestão ambiental por moradores de comunidades rurais, espécies ameaçadas de aves, controle de espécies exóticas invasoras, conservação das savanas costeiras

nordestinas, fragmentação da Mata Atlântica e manejo de guaribas e preguiças.

O coordenador do evento, analista ambiental Afonso Henrique Leal, considera que o evento foi um sucesso, pois promoveu o debate dos temas e gerou o produto "Memórias da Reunião de Pesquisa e Conservação da Natureza no Litoral Norte da Paraíba", publicação eletrônica em fase final de edição, a ser disponibilizada no portal do ICMBio. Ela contém trabalhos de referência de todas as palestras, em geral, pequenos artigos com referências e notas do organizador do evento, podendo servir como um documento de suporte à gestão.

Com a experiência, a organização pretende fazer novas edições, com frequência anual. Para os próximos anos, o evento deverá ser mantido com apenas um dia duração e inclusão de mais palestras baseadas em pesquisas da APA e Arie.

Rebio do Tinguá realiza monitoramento de fauna



Gabriel Mello

Sanhaço-de-encontro-amarelo (*Tangara ornata*)

A Reserva Biológica do Tinguá (RJ) implantou em 2018 o monitoramento da fauna na unidade de conservação (UC). O estudo buscou realizar uma amostragem experimental e visitar o trecho oeste da reserva, região de Rio D'ouro, historicamente pouco visitada por pesquisadores.

Este trabalho de monitoramento visa estabelecer a coleta sistemática de dados em pelo menos 30 pontos da unidade, por meio de monitoramento remoto, com o auxílio de armadilhas fotográficas. A iniciativa procurou registrar espécies raras, monitorar a presença de caçadores e avaliar a ocupação de espécies de mamíferos (e outros vertebrados), em diferentes regiões da Rebio, considerando fatores naturais e antrópicos.

Leandro Travassos dos Santos, chefe da Rebio, conta que a unidade abriga expressiva riqueza de vários grupos biológicos, com destaque para os mamíferos, e que muitas espécies apresentam necessidade urgente de conhecimento da sua ecologia e estado de conservação. "Resultados preliminares mostram que a reserva teve a maior taxa de registros fotográficos e de espécies entre as unidades de conservação fluminenses. Entretanto, com o aumento da amostragem, não sabemos se esse padrão se manterá", explicou.

Por outro lado, a partir da iniciativa, foi possível constatar que existem muitas trilhas no interior da UC, indicando a presença de pessoas em seu interior, o que dificulta a conciliação de locais bons para armadilhamento e a preservação do equipamento. Também foram observados plantio de espécies exóticas, presença de cães e atividades que alteram a biota local.

A perspectiva é que o monitoramento se torne um programa permanente da reserva. Novas metodologias serão aplicadas à rotina de monitoramento de fauna da Rebio para avaliar a efetividade da gestão. Neste mês, novas áreas serão amostradas.

A iniciativa conta com a participação e o apoio do Laboratório de Ecologia e Conservação de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Associação Ecocidade e ONG Planeta Verde. A administração da unidade também tem tido o apoio do Ministério Público Federal e da Procuradoria Federal Especializada, órgãos que viabilizam, judicialmente, a conversão de multas em doação de equipamentos para a Rebio do Tinguá, possibilitando um monitoramento mais efetivo.

Rato-da-taquara (*Kannabateomys amblyonyx*)

Quais as competências de um profissional do ICMBio?

Você já parou para refletir sobre o perfil profissional que sua unidade organizacional precisa? Ou quais deveriam ser as competências de um chefe de unidade de conservação (UC) ou coordenador de centro de pesquisa? Para ir mais além, quais demandas de capacitação realmente existem no seu setor? Na próxima quarta-feira (21), cada servidor do Instituto Chico Mendes poderá contribuir para que essas perguntas sejam respondidas: terá início o prazo para participação nos questionários do projeto de Mapeamento de Competências.

A aplicação dos questionários é mais uma etapa desta iniciativa, que vem contando com a participação de diversos servidores em sua construção. Já foram realizados processos de capacitação e oficinas para identificação das competências de cada unidade organizacional ou de grandes temáticas. Agora, esta nova fase possibilitará a posterior análise das lacunas de competência.

Cada servidor receberá em seu e-mail o convite para responder ao questionário, cuja data limite para participação é o dia 7 de dezembro. O material é personalizado de acordo com a unidade organizacional de exercício e também com o cargo (no caso daqueles que ocupam chefias).

MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

Além da importância do projeto para o órgão, ele é uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que vem fazendo auditorias para avaliar a situação e a evolução da Governança e da Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal. Por meio do índice iGovPessoas, são identificados os pontos mais vulneráveis da gestão de pessoas em determinada instituição, induzindo melhorias nessa área.

Para Eridiane Lopes, analista ambiental do ICMBio em Aparados da Serra, "uma institui-

ção que busca conhecer o perfil profissional de cada um de seus colaboradores, distribui as atividades conforme os pontos fortes de cada um. Também é possível direcionar as capacitações para aperfeiçoar ou desenvolver novas competências de seus servidores, aumentando suas possibilidades de sucesso, além de reduzir o percentual de evasão de talentos descontentes".

Uma das análises que a aplicação do questionário possibilitará é o levantamento das competências gerenciais para os cargos de chefia do ICMBio. "Acho que esse projeto possibilitará cursos direcionados a chefes de unidades descentralizadas já que muitos acreditam ser gestores, mas não apresentam este comportamento nem buscam os objetivos que o órgão busca alcançar. Não há planejamento estratégico, organização das atividades ou distribuição dos papéis na equipe", afirmou um servidor que não quis se identificar.

Helena Araújo, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, está entusiasmada com o projeto e acredita que ele propiciará bons resultados para o ICMBio. "O instituto poderá começar a efetuar recrutamento e seleção por competência, com seleção interna para cargos comissionados ou concurso público baseado em perfil profissional; capacitação por competência, com trilhas de aprendizagem para cargos gerenciais e planos de sucessão; avaliação de desempenho por competência; mobilidade por competências, entre outras iniciativas", explicou.



GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
ICMBio-MMA

Mona das Ilhas Cagarras recebe evento esportivo

O Monumento Natural (Mona) do Arquipélago das Ilhas Cagarras (RJ) recebeu, em outubro, a I Super Copa Cagarras Va'a, competição direcionada à canoa havaiana ou canoa polinésia. A iniciativa, realizada pelo Projeto Ilhas do Rio, teve como objetivo chamar a atenção dos remadores para a relevância da conservação e preservação dos ambientes marinhos, além de ser um evento para celebrar a importância do Mona Cagarras.

Mais de 30 atletas participaram da prova de 15 quilômetros, que foi exclusiva para as categorias individuais e teve o apoio da Confederação Brasileira de Va'a. "É muito importante para os canoístas entender o que é o monumento natural, a importância de se preservar essa unidade e conhecer as regras de uso do arquipélago", afirmou Bruna Duarte, gerente de Comunicação do Projeto Ilhas do Rio.

Fernando Moraes, pesquisador do projeto, ressaltou a importância do envolvimento dos cidadãos: "Um evento realizado em uma unidade de conservação tem sempre esse enfoque, que é trazer para a sociedade o valor de uma UC e da pesquisa científica, nesta oportunidade aliado ao esporte". Nesse sentido, Giselle Banzar, da Associação Vagalume Va'a,



pontuou: "É um esporte que não polui, então por meio dele as pessoas têm a chance de conhecer esta beleza natural".

Para Tatiana Ribeiro, chefe da UC, o evento foi uma oportunidade de divulgar a unidade e estimular o uso público de forma ordenada. O monumento natural está com seu plano de manejo em fase final de elaboração e tem como meta para 2019 elaborar o plano de uso público, para promover o ordenamento e a otimização dos usos que já ocorrem na unidade.

ILHAS DO RIO

O Projeto Ilhas do Rio iniciou suas atividades no Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras em 2011. Desde então, são desenvolvidas pesquisas científicas que resultam em informações essenciais para a gestão da UC, além de ações de educação ambiental e divulgação. A iniciativa conta com apoio da Petrobras. Em 2018 foi formalizado o Acordo de Cooperação entre o ICMBio e o Instituto Mar Adentro, executor do projeto. Segundo a gestora da UC, esta parceria "tem rendido muitos bons resultados, amplificando expressivamente as ações de comunicação, educação ambiental e pesquisa na unidade".



Evento buscou chamar a atenção para preservação de ambientes marinhos

Acervo Projeto Ilhas do Rio

Tamar em Guriri reforma estrutura física da base

A equipe gestora da Base Avançada do Tamar em Guriri, São Mateus (ES), está trabalhando a todo vapor no estabelecimento de parcerias que visem a recuperação de suas estruturas físicas. Por meio de uma condicionante ambiental de uma empresa licenciada pelo IEMA (órgão ambiental do Espírito Santo), a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Conceição da Barra está apoiando o cercamento de toda a área do Tamar.

As praias de desova das tartarugas marinhas na região norte do Espírito Santo são contíguas à APA de Conceição da Barra, o que configura um mosaico de áreas naturais protegidas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. "Esta proximidade de área e objetivos comuns, em prol da conservação ambiental, aproximou as duas unidades em um esforço regional de ações em prol do meio ambiente local", explica Kelly Bonach, analista ambiental que coordena a Base do Tamar.



Por meio do da APA de Conceição da Barra, a base recebeu 270 m² de tela de alambrado revestida, com altura de 2,20 metros, 189 estacas de madeira, além de arame e grampos para fixação da tela. Os trabalhos de instalação da nova cerca já começaram. O ICMBio também recebeu o apoio do GEF Mar, com outra parte da tela que também servirá para o cercamento da área dos fundos da base.

"O cercamento da base do Tamar de Guriri é muito importante frente a ações de vandalismo que podem ocorrer durante o verão. Em 2017, uma tartaruga verde foi roubada, muitos painéis foram danificados e até alguns turistas desrespeitaram o aviso de proibição de entrada na base", relembra Kelly.

Atualmente, a base recebe grupos escolares com agendamento prévio e desenvolve projetos em parceria com escolas do município. "Nossa preocupação é fazer um trabalho de qualidade, focado na região. Não podemos admitir que informações equivocadas circulem sobre a base e seu funcionamento, pois o processo que está em curso é de reestruturação, buscando constantes melhorias para a base", reforça a analista ambiental. Também se encontra em andamento um processo de reforma do prédio administrativo, por meio do GEF-Mar.

A base em Guriri está estrategicamente localizada em uma região extremamente importante para estudo, articulação e implementação de ações voltadas para o setor pesqueiro. Tanto que um dos gargalos a serem superados na região norte do Espírito Santo, especialmente na costa de São Mateus, é combater a mortalidade de tartarugas marinhas, especialmente fêmeas em período reprodutivo, muitas com fortes indícios de interação com as redes de arrasto de camarão.

"Compreendemos o envolvimento do Tamar com a questão pesqueira da região como essencial para a minimização dos impactos da pesca sobre as tartarugas marinhas e, por outro lado, para promover ações de uso sustentável de base comunitária na região. Nesse sentido, a reestruturação do espaço da Base de Guriri vem ao encontro de nossos objetivos, tornando para nós fundamental apoiar este trabalho", destaca Kelly Bonach.

Parna Cavernas do Peruaçu recebe expedição de jornalistas

O Instituto Ekos Brasil, responsável por um acordo de cooperação técnica com o ICMBio para o apoio à gestão do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG), promoveu na última semana uma expedição de jornalistas à unidade de conservação (UC). O grupo percorreu a trilha do Janelão, Lapa Bonita e Lapa do Caboclo, acompanhados também pela equipe do ICMBio.

"O parque concentra sítios arqueológicos exuberantes, com figuras rupestres de várias formas e cores", ressalta a pesquisadora Ale nice Baeta, que acompanhou o grupo. Segundo o presidente do Ekos Brasil, Ernesto Niklaus Moeri, o patrimônio espeleológico encontrado na UC é o acervo mais notável do Brasil e dos mais representativos em nível nacional. "A paisagem é majestosa e imperam paredões arruinados, cavernas colossais e vales de vegetação abundante", ressalta Moeri.

O grupo iniciou a expedição conhecendo a grandiosa Gruta do Janelão, trilha mais procurada no parque. A caverna tem mais de 100 metros de altura, abriga salões com jardins naturais, sob teto desmoronados e gigantescos espeteotemas. A distância da trilha (ida e volta) é de 4,8 quilômetros, levando quase 5 horas para ser percorrida. O local ainda possui figuras rupestres de mais de 12 mil anos, denominada São Francisco, com formas e composições variadas e muito coloridas.



Depois, o grupo conheceu a Lapa Bonita, que é toda ornamentada por stalactites, stalagmites, helictites, colunas, cortinas e escorramentos. O Salão Vermelho é uma parte da galeria coberta por sedimentos avermelhados. Por último, a Lapa do Caboclo, importante área para os estudos de arqueologia porque possui um paredão com grande concentração de pinturas do estilo caboclo, entendidas como exclusivas no Peruaçu.

A chefe substituta Dayanne Sirqueira conta que o parque foi recentemente estruturado para oferecer atividades de visitação e já apresenta crescente demanda de turistas interessados em conhecer seus atrativos naturais. No ano passado, a unidade recebeu 6.865 visitantes e, neste ano, já foram contabilizados mais de 6.218 (até outubro). As visitas, que precisam ser agendadas no parque, são todas guiadas por condutores treinados. O treinamento é uma das ações que o Instituto Ekos pretende ainda realizar, promovendo aulas de arqueologia e inglês. "O condutor é um vendedor das belezas do parque", ressalta Maria Cecília Wey de Brito, engenheira agrônoma do Ekos.

O acordo do Instituto Ekos, que tem 15 anos de experiência na área ambiental, começou em 2017, por meio de uma chamada pública. Neste primeiro ano, a instituição investiu R\$ 200 mil e em 2018 serão R\$ 250 mil, conta Ernesto Moeri. Os recursos são do próprio Ekos, de doações de empresas privadas ou da venda de materiais como calendário ou camisetas. Para isso, o Instituto Ekos criou o Fundo Peruaçu para captar recursos, com o objetivo de apoiar a consolidação e manutenção do parque. O fundo conta com um comitê de acompanhamento da destinação dos recursos, que são utilizados nas ações de gestão do parque, apoio à pesquisa científica, recuperação das nascentes e apoio socioambiental à comunidade local.

ICMBio promove encontro sobre avaliação de imóveis rurais

Entre os dias 5 e 9 de novembro, o ICMBio reuniu em Brasília 30 servidores para participar do Curso de Atualização em Avaliação de Imóveis Rurais. A capacitação teve por objetivo atender a necessidade do órgão de dispor de corpo técnico especializado e habilitado para a avaliação dos imóveis a serem desapropriados, bem como de assistentes técnicos judiciais qualificados para acompanhar e analisar perícias judiciais nas unidades de conservação de domínio público, conforme prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Este é o terceiro curso, coordenado pela Coordenação-geral de Consolidação Territorial (CGTER), voltado especificamente para servidores com formação em Engenharia Agronômica ou Florestal. Eles compõem o quadro de avaliadores do ICMBio e atuam em processos de desapropriação administrativa e judicial de imóveis rurais, em atendimento à Instrução Normativa 2/2009, que estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados no interior de unidades de conservação (UCs) de posse e domínio público.

Nesta edição, participaram 30 profissionais, englobando servidores da sede e de UCs que atuam na avaliação de imóveis, constituindo a equipe ampliada da CGTER, bem como novos servidores interessados em compor o quadro dessa equipe e dois técnicos convidados do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA).

A capacitação compõe o ciclo de cursos de regularização fundiária do ICMBio, teve aporte financeiro do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e foi ministrado pelo consultor do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape), Marcelo Rossi, cuja reconhecida experiência teórico-

prática foi fundamental para o desenvolvimento de uma metodologia que envolvesse participantes com diferentes níveis de conhecimento sobre o tema.

“O grande desafio desta proposta foi niveler a experiência dos servidores que já atuam na avaliação de imóveis com a demanda por conhecimentos conceituais dos novatos e a necessidade de adequar os métodos utilizados às normas e aplicações vigentes, com vistas a avaliações cada vez mais confiáveis e justas”, destaca Cleberson Zavaski, coordenador de Regularização Fundiária.

“A transferência da posse e domínio das terras para o ICMBio é uma ação fundamental para a real implantação da unidade de conservação, o que reduz fortemente os conflitos territoriais e permite o atendimento aos objetivos da sua criação, uma vez que possibilita, por exemplo, a instalação de infraestruturas ou a concessões de uso público. Para isso, buscamos os instrumentos que permitam acelerar a execução dos recursos de compensação ambiental e resolver as desapropriações na esfera amigável, reduzindo a possibilidade de judicialização dos processos”, complementa Eliani Maciel, coordenadora-geral de Consolidação Territorial.

O procurador-chefe do ICMBio, Daniel Ribeiro, que participou da construção da Instrução Normativa 2/2009, palestrou sobre as assistências técnicas nos processos de desapropriação judicial e ressaltou que, para efetuar a desapropriação, o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Brasileira disciplina que o processo seja realizado mediante justa indenização. “O Estado faz uma oferta de preço que leva em conta vários critérios. São avaliados o preço da terra nua, das benfeitorias e outros aspectos visando o pagamento mais justo possível ao expropriado”, esclarece o procurador.

Na avaliação geral dos participantes, o curso foi proveitoso. Segundo Lino Viveiros, analista ambiental do ICMBio e um dos avaliadores mais atuantes da equipe ampliada da CGTER, “os encontros de capacitação são uma excelente oportunidade de paramos para rever e discutir a prática, niveler as experiências e aprimorar a técnica, o que proporciona maior segurança nos resultados apresentados ao ICMBio e aos proprietários de terras.

A capacitação do quadro servidores é uma das estratégias da CGTER para obter ganho de escala na consolidação territorial das unidades de conservação e que envolve também o aperfeiçoamento das normati-

vas e contratações de empresas e profissionais para suprir a demanda decorrente do passivo histórico.

“Além dos resultados que apresentamos nos últimos tempos, esperamos que a renovação da utilidade pública de muitas UCs, bem como as necessidades de atender as populações tradicionais, de proteção e de aquisição e pagamento de propriedades em UCs, a regularização fundiária, realizada com a compra de terras e compensação de reservas legais, deve seguir crescendo em demanda e importância”, resume o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial, Claudio Maretti.



Grupo capacitado compõe equipe ampliada da CGTER

Acervo ICMBio

Oficina discute Plano de Controle do Javali em Silvânia

Representantes do ICMBio participaram, em outubro, de uma oficina de trabalho para elaboração do Plano de Controle do Javali no município de Silvânia (GO), onde está localizada a floresta nacional de mesmo nome. Sob coordenação da analista ambiental Tainah Corrêa Seabra Guimarães, do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC), representantes do poder público e da sociedade civil se debruçaram sobre o tema, buscando definir as estratégias e linhas de ações para o enfrentamento do problema, uma vez que a presença de javalis na região já ocasiona danos ambientais e econômicos à comunidade local.

Para Daniel Terra, presidente da Associação Nacional de Caça e Conservação (ANCC), a estratégia adotada pelo ICMBio e parceiros na construção de um plano de controle municipal, considerando as particularidades da Floresta Nacional de Silvânia, é uma maneira inteligente e coordenada de lidar com a situação e pode inclusive servir de modelo para outros municípios. Terra destaca, ainda, a sinergia entre os participantes da oficina, o que permitiu a elaboração de um plano voltado à

realidade local e em condições de ser implementado.

De acordo com Tainah Guimarães, esta é uma situação diferente uma vez que, no âmbito do ICMBio, estes planos têm sido conduzidos e pensados para a realidade das unidades de conservação e, em Silvânia, optou-se por considerar toda a área do município. A analista ambiental acredita que, dessa forma, o plano terá maior visibilidade, favorecendo sua implementação.

O Plano de Controle do Javali no município de Silvânia resultou em um documento onde são propostas 25 ações, que podem ser distribuídas em quatro eixos temáticos: pesquisa (monitoramento), capacitação, comunicação (educação ambiental) e controle. Espera-se que a implementação destas ações resulte no controle da infestação de javalis no município e na floresta nacional, com a consequente redução dos impactos ambientais, socioeconômicos e sanitários, tendo o envolvimento efetivo de produtores rurais, sociedade civil organizada e instituições públicas.



Participantes da oficina construíram plano de controle para o município

Acervo ICMBio

Olhar para o futuro das áreas protegidas

Acervo RedParques



RedParques conta com a participação de 19 países latino-americanos

O ICMBio, representado pelo diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial, Claudio Maretti, participou da Reunião Anual da RedParques, realizada na última semana em Montevidéu, no Uruguai. O evento teve como objetivo coordenar a discussão para a Meta 11 de Aichi, que deve vencer em 2020, além de formular a declaração da organização para a próxima Conference of The Parties (COP 14), que ocorre no Egito, nesta semana.

“Na reunião, os 19 países latino-americanos que compõem a RedParques tiveram a oportunidade de fazer uma reflexão sobre as conclusões da Meta 11 de Aichi e se preparar para propor as metas para a próxima década”, conta Maretti. “Esta também é uma oportunidade de propor e realizar os últimos avanços já que as Metas de Aichi vencem em 2020”, completa.

As Metas de Aichi são parte de um acordo internacional realizado na COP 10, no Japão, e que estão organizadas em cinco grandes objetivos estratégicos. A Meta 11 estabelece que até 2020 pelo menos 17% das áreas terrestres e águas continentais e 10% das áreas marinho-costeiras estejam protegidas em unidades de conservação.

Outra pauta comentada foi a promoção para a sustentabilidade financeira, a rede de informações e o desenvolvimento de capacidades dos países que compõem a RedParques para o próximo Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe, que será em Lima (Peru), em março.

A RedParques é a Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais, outras áreas protegidas e Flora e Fauna Silvestres, composta por instituições públicas gestoras de unidades de conservação de 19 países latino-americanos. O Brasil é representado pelo ICMBio e pelo Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, a coordenação cabe ao Peru, sendo a Colômbia a coordenadora dos Andes e da Amazônia; o Uruguai, do Cone Sul e a Guatemala, da América Central.

Mediare realiza capacitação em Florianópolis

Foi realizado na última semana, entre os dias 7 e 10 de novembro, em Florianópolis, o Curso de "Introdução em Relações Humanas e Mediação de Conflitos". A capacitação foi direcionada a servidores que atuam em unidades de conservação, centros de pesquisa e UAAF da área de abrangência da Coordenação Regional 9, em uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e de Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais do ICMBio, o Mediare.

O curso foi organizado com o apoio da Coordenação-geral de Gestão de Pessoas e da Coordenação Regional 9, tendo sido conduzido pelo professor Marcello Árias, doutor em psicobiologia, filósofo clínico e consultor em comportamento humano juntamente com a equipe do Mediare. O objetivo foi trabalhar competências comportamentais em comunicação, relações humanas e mediação de conflitos entre os servidores do ICMBio, buscando abordar criticamente (por meio de teoria e prática), o rico universo da linguagem e da comunicação humana, assim como o potencial ganho em flexibilidade comportamental e capacidade de mediar e transformar os conflitos já existentes.

Foram abordados temas como Ontologia da Linguagem, Filosofia Clínica e Coaching Ontológico aplicados à Mediação de Conflitos; Neurobiologia do Comportamento Humano; Biofeedback e os benefícios da meditação; Filosofia e Sociologia Aplicadas aos Desafios da Convivência no Ambiente de Trabalho (Ética, Flexibilidade e Convivência).

"Acredito que poucos órgãos públicos têm iniciativas como o Mediare, no Brasil. Termos tal oportunidade dentro de nosso serviço é um privilégio e um exemplo a ser seguido pelas mais diversas instituições. No fundo, no fundo, nossa boa atuação como servidores depende fortemente da saúde de nossas relações", disse Márcia Strapazzon, coordenadora substituta da CR9.

Para o professor Marcello, "o curso foi uma oportunidade de divulgar os objetivos do Núcleo e sensibilizar os servidores para a prática do diálogo e da superação dos obstáculos que impedem a elaboração conjunta de novos cenários de convivência". Ele contou com o apoio de integrantes do Mediare - André Barbosa (UAAF Rio), Carolina Fonseca (CR11 - Lagoa Santa) e Cecil Barros (APA da Baleia Franca).

Para Cecil, "a importância da participação dos integrantes do Mediare é estarmos aprimorando competências para atuarmos como multiplicadores deste novo processo no ICMBio, tanto junto às atividades formativas e de qualificação de equipes, como nas demandas que surgirem pela mediação de conflitos no instituto".

Nas próximas semanas será realizado um novo curso envolvendo servidores da Floresta Nacional de Ipanema e Acadébio, além de uma reunião do Mediare para avaliação das atividades realizadas em 2018 e planejamento de 2019. Em breve também serão disponibilizados, para todos os servidores, vídeos e publicações sobre o tema produzidos especificamente para o ICMBio, além de novos cursos.

Participaram do curso servidores da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, Estação Ecológica de Carijós, parques nacionais do Superagui e do Iguaçu, Floresta Nacional de Passo Fundo, núcleos de gestão integrada Antonina e Aparados da Serra, Cemave, Cepsul, UAAF Foz do Iguaçu e CR9.



Acervo ICMBio

Normativa do ICMBio apresenta inovações em acordos de cooperação

O Instituto Chico Mendes publicou, em outubro, a Portaria nº 878/2018, que delega competências para a instrução, celebração, rescisão, alteração, monitoramento e demais trâmites administrativos afetos a acordos de cooperação. Com a publicação da normativa, dirigentes e seus substitutos - diretores, coordenadores regionais da UNA e de centros de pesquisa e chefe das UAAFs, chefes de UCs, da Acadébio e dos núcleos de gestão integrada – passam a ter competência em celebrar parcerias que não envolvam transferências de recursos financeiros, com outras entidades da administração pública ou organizações da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos. Anteriormente, somente o presidente

do ICMBio, chefes de UCs e coordenadores regionais tinham essa competência, agora ampliada em busca de maior descentralização de atividades, proporcionando um ganho de escala e gerando eficiência e eficácia dos processos administrativos. De acordo com a portaria, todas as propostas de planos de trabalho que acompanham os acordos de cooperação deverão ser previamente submetidas às coordenações-gerais responsáveis pelo tema para manifestação e contribuições pelo prazo de até dez dias. Os acordos firmados devem constar em processo administrativo e ser comunicados à Divisão de Recursos Externos (DRE), da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan). A portaria pode ser acessada em <https://bit.ly/2PmgLrO>.

Nova espécie de fungo é descoberta na Rebio Guaribas

Uma nova espécie de fungo foi descoberta na Reserva Biológica Guaribas (PB). O *Gastrum magnosporum* foi descrito por Julieth Sousa e colaboradores em recente artigo publicado na revista *Persoonia*, a partir de material coletado na vegetação de tabuleiros da unidade de conservação (UC). O artigo contém descrições de novas espécies de fungos de diversas partes do mundo. A vegetação de tabuleiros, habitat onde o fungo foi encontrado, é um tipo de savana encontrado sob a forma de manchas, sobre solo arenoso, dentro da Mata Atlântica do Nordeste, ao norte do rio São Francisco. Essa vegetação naturalmente aberta contém espécies da flora

e da fauna em comum com o bioma Cerrado, contribuindo para a diversidade de ambientes e de organismos nessa porção da Mata Atlântica. Apesar de sua importância, ela é pouco representada em unidades de conservação e tem sido rapidamente suprimida, principalmente para sua conversão em monocultura de cana-de-açúcar. Mesmo assim, novas espécies, especialmente de grupos biológicos pouco conhecidos, ainda são descobertas nesse ambiente natural tão pouco valorizado, como essa de fungo e uma de cigarrinhas, descrita em artigo do analista ambiental Afonso Henrique Leal e colaboradores em 2016.

Curtas



Resex Marinha de Tracuateua (PA) !



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Tatiana Raposo

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Colaboradoraram nesta edição

Afonso Leal – ICMBio Mamanguape; Carla Oliveira – DCOM; Leandro dos Santos – Rebio do Tinguá; Ramilla Rodrigues – DOCM; Renato Miranda – Flona de Silvânia; Sandra Tavares – Tamar.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - ESQW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio